

A HERANÇA INDÍGENA NA NOMENCLATURA GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO DO SUL

Marilze Tavares (UFGD)

INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul é um estado localizado no Centro-Oeste brasileiro, possui cerca de 2 milhões de habitantes, distribuídos em 78 municípios. O Estado, que é, como outros brasileiros, marcado pela diversidade étnica, possui a segunda maior população indígena do Brasil – cerca de 53.000 índios que vivem em áreas urbanas e rurais, conforme censo realizado pelo IBGE em 2002.

Oficialmente, existem no Estado cinco etnias: guarani (e os subgrupos kaiowá e ñandeva), guató, kadiwéu, ofayé-xavante e terena. Considerando a presença desses povos, é possível afirmar que a cultura indígena está fortemente presente no Estado, e no que se refere aos aspectos linguísticos, podem-se verificar nos topônimos – nomes de acidentes geográficos – influências evidentes de línguas indígenas.

Nesse sentido, o trabalho proposto pretende ser um estudo da toponímia indígena do estado de Mato Grosso do Sul, e tem como objetivos principais verificar em que medida a cultura indígena interferiu no processo de nomeação de acidentes físicos e humanos; em quais regiões essa interferência é mais evidente; quais dos idiomas ou dialetos indígenas prevalecem na toponímia do Estado.

Para isso, foram utilizados, inicialmente, dados coletados e analisados em cinco trabalhos¹ já concluídos sobre a toponímia de Mato Grosso do Sul e apresentados como dissertações ao Programa de Mestrado da Universidade Federal de Mato grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas. Tendo em vista a elaboração do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, o ATEMS, o banco de dados está sendo consideravelmente ampliado por meio de consulta a mapas do IBGE da escala de 1:100.000 (os dados antes obtidos foram coletados de mapas da escala de 1:250.000). Em um segundo momento, utilizam-se, portanto, os novos dados que estão sendo coletados para novas reflexões sobre a toponímia indígena do Estado.

Como hipóteses, considerou-se que a quantidade de designativos de origem indígena seria bastante significativa; que os mesmos seriam mais evidentes em algumas regiões onde a presença indígena foi ou ainda é mais intensa e que estratos da língua guarani, em especial, sobressairia já que além de a população pertencente a essa etnia ser maior, o Estado faz fronteira com o Paraguai, país onde o guarani é uma das línguas oficiais.

A TOPONÍMIA E A TOPONÍMIA INDÍGENA

A ciência que estuda os nomes próprios é denominada Onomástica, e é considerada um ramo da Lexicologia, podendo ser dividida em dois ramos: a Antroponímia, que se ocupa da investigação, da origem dos nomes de pessoas, e a Toponímia, que investiga a origem, a transformação e a significação dos nomes de lugares, ou seja, dos topônimos. Salazar-Quijada (1985, p. 08) assim explica o surgimento da Toponímia:

Para indicar que vemos a quien está conosotros, basta senãlarlo con el dedo. Pero si deseamos referirnos a algo que está lejos o que vimos en otra ocasion, lo hemos de denominar. Pueda que haste con el término generico: el rio, la montaña... Pero

¹ - Os cinco trabalhos são das seguintes autoras: Schneider (2002), Dargel (2003), Gonsalves (2004), Tavares (2004) e Tavares (2005).

si los rios e las montañas que conocemos son diversas, precisa distinguirlos; o sea, darles un nombre próprio.²

Esse mesmo autor define a Toponímia como sendo “aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudo integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económico y antro-po-lingüísticos, que permitiram y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista”³. Conforme destaca o venezuelano, os nomes dos acidentes físicos e humanos são uma fonte de muito valor para o acervo científico e patrimonial de um país. Por meio dos topônimos, é possível conhecer as características culturais das pessoas que habitam ou habitaram a região, uma vez que na toponímia podem estar pistas sobre a permanência histórica de grupos humanos em uma área geográfica. (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18 e 29).

Já a toponimista brasileira Dick (1990, p. 35) define a Toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Isso porque para se estudar o topônimo, objeto de estudo da Toponímia, é necessário a sustentação de outras áreas de conhecimento, como por exemplo, a História e a Geografia.

No Brasil existem vários trabalhos publicados e outros em andamento sobre o panorama toponímico do país. No entanto, para conhecimento da toponímia brasileira, sobretudo quando se discute a questão indígena na nomenclatura geográfica, podemos citar como exemplo de consulta obrigatória a obra *O Tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, cuja primeira edição data de 1901. O autor justifica a importância de seu estudo, ponderando que

não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas. As nossas montanhas, os nossos rios, as cidades como os simples povoados, trazem geralmente nomes bárbaros que o gentio, dominador outrora, lhes aplicou, que os conquistadores respeitaram e que hoje são de todos preferidos, pois, não raro, trocam-se, substituem-se nomes portugueses de antigas localidades por outros de procedência indígena, às vezes lembrados ou compostos na ocasião, às vezes restaurados pelos amadores de coisas velhas e tradicionais (SAMPAIO, 1987, p. 63)

É sabido que a língua tupi está presente na nomeação dos acidentes físicos e humanos em vários países da América do Sul e em todos os estados brasileiros. Todavia, consideramos a grande incidência de nomes de base indígena, sobretudo guarani como uma particularidade de algumas regiões do Estado – como a região Sul, por exemplo – uma vez que outras pesquisas já concluídas também acerca da toponímia sul-mato-grossense – Dargel (2003) e Schneider (2002) – comprovam que a presença da língua indígena no sistema toponímico de outras regiões do Estado é relativamente menor. Entretanto, de modo geral, a herança indígena está presente na nomeação de acidentes físicos e humanos em todas as regiões do MS.

Conforme registra Teodoro Sampaio (1987, p. 68-69), o tupi se espalhou por uma grande superfície do país não pela força da própria raça indígena, mas, sobretudo em razão das expedições dos colonizadores europeus, que adentravam os sertões e difundia o idioma que também era chamado de *língua geral*. Assim, o português era a língua oficial no Brasil como o espanhol no Paraguai, mas era o tupi o idioma mais usado no país. No que se refere às denominações geográficas, o tupinólogo acrescenta que mesmo em regiões onde nunca houvera habitado uma tribo da raça tupi, esse idioma prevaleceu.

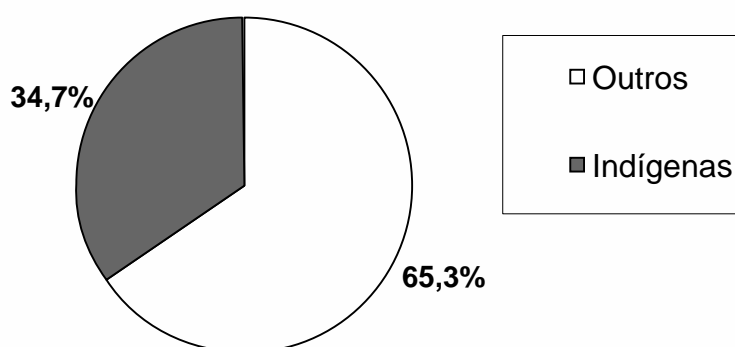
² - “Para indicar algo que vemos a quem está conosco, basta mostrá-lo com o dedo. Mas se desejamos nos referir a algo que está longe ou que vimos em outra ocasião, temos que nomeá-lo. Pode ser com um termo genérico: o rio, a montanha ... Mas se os rios e as montanhas que conhecemos são diversos, precisamos distingui-los, ou seja, dar-lhes um nome próprio” (TN).

³ - “Aquele ramo da Onomástica que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socio-econômicos, e antro-po-lingüísticos, que permitiram ou permitem que um nome de lugar se origine e permaneça” (TN).

ANÁLISE DOS DADOS

A influência indígena na denominação dos topônimos de acidentes físicos e humanos do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo na região Sul do estado, é, conforme já mencionamos, bastante considerável. Os dados coletados dos 78 municípios somam, em um primeiro momento, 4.135 nomes de acidentes geográficos. Desse total, 841 são topônimos de origem indígena ou formados por pelo menos um elemento dessa língua. O gráfico a seguir mostra a proporção dos nomes indígenas em relação ao total coletado no Estado.

Gráfico 1 - Topônimos indígenas em relação ao total coletado



Conforme se visualiza pelo gráfico, aproximadamente um terço da toponímia de Mato Grosso do Sul é de origem indígena. Em alguns municípios, sobretudo nos do Sul do estado, a incidência desses nomes é muito significativa. Uma possível explicação para essa grande concentração de nomes indígenas em determinadas regiões pode estar relacionada à permanência de povos indígenas até os dias atuais. Em Mato Grosso do Sul, os índios ocupam um território, com áreas que se estendem por dezesseis municípios, desde Japorã, no extremo Sul, até Rio Brillante no Centro-Sul e Bela Vista, no extremo Sudoeste, passando por Sete Quedas, Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia, Amambai, Iguatemi, Eldorado, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Maracaju, Laguna Caarapã, Aral Moreira, Ponta Porã e Antonio João. Os índios dessa etnia estão distribuídos pelas aldeias *Amambaí* e *Limão Verde* (Amambai), *Campestre* e *Cerro Mangaratu* (Antônio João), *Tey Kue* (Caarapó), *Taguaperi* (Coronel Sapucaia), *Cerrito* (Eldorado), *Jaguapiru*, *Bororó* e *Panambizinho* (Dourados), *Pirakuá* (Bela Vista), *Panambi* (Douradina), *Porto Lindo* (Japorã), *Pirajuí* e *Paraguassu* e *Potrero Guassu* (Paranhos), *Aroeira* (Rio Brillante), *Lima Campo* (Ponta Porã), *Sucuri'y* (Maracaju) (CABRAL, 2002, p. 51).

Apenas para ilustrar essa situação, relacionamos, no quadro a seguir, o total de topônimos coletados em alguns municípios e o total de nomes indígenas.

Quadro 1 - Incidência de topônimos indígenas em alguns municípios

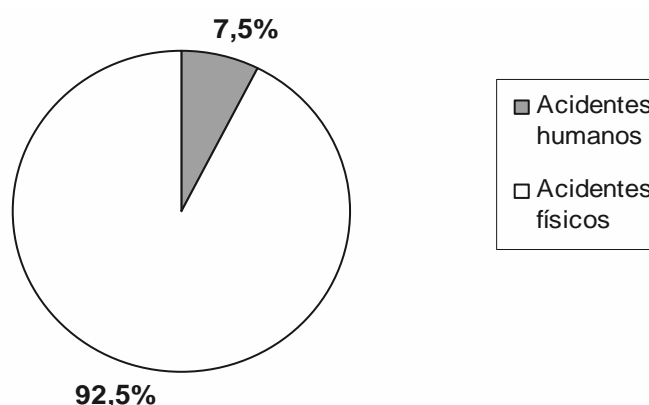
<i>Município</i>	<i>Total coletado no município</i>	<i>Total de nomes indígenas</i>
Amambai	52	34
Caarapó	35	15
Coronel Sapucaia	19	12

Eldorado	16	08
Iguatemi	36	24
Itaporã	25	13
Japorã	19	10
Jateí	19	11
Laguna Caarapã	39	17
Naviraí	39	22
Novo Horizonte	13	06
Paranhos	32	17
Sete Quedas	12	07
Tacuru	19	15
Taquarussu	12	06

Convém esclarecer, porém, que do total de nomes indígenas, existem 469 designativos que já se encontram incorporados ao léxico da língua portuguesa, sendo encontrado nos dicionários mais conhecidos da língua. Outros 372 nomes ainda não foram incorporados ao léxico do português e não estão dicionarizados em obras lexicográficas do português. Entre os nomes dicionarizados (em dicionário de português), os mais recorrentes são Buriti, Mutum, Sucuri, Jatobá, Arara, Indaiá, Pindaíba, Tapera, Sapé, Taquari. Já entre os não incorporados ao léxico do português são mais recorrentes os seguintes: Amambai, Iguatemi, Ivinhema, Anhanduí, Aquidauana, Jauru, Pirajuí, Maracaju, Morotim, Guiraí, Tujuri.

No que se refere ao tipo de acidentes geográfico com nomes indígenas, observamos que a grande maioria é de acidentes físicos, conforme se visualiza no gráfico a seguir:

Gráfico 02 - Tipos de acidentes geográficos nomeados com topônimos indígenas



A menor incidência de nomes indígenas atribuídos a acidentes humanos ocorre, sobretudo porque para a escolha dos nomes de povoados, distritos e municípios há a interferência de questões políticas: muitas vezes é necessário homenagear um político, um colonizador, um santo ou santa de maior devoção na região. Já a predominância desses nomes nos acidentes físicos pode ser explicada principalmente porque, em muitos casos, os próprios índios, que primeiramente habitavam o local,

nomeavam os rios, córregos, montes, lagoas, que já estavam ali antes da cultura do homem não indígena, ou antes da organização de aglomerados não indígenas.

Outra questão que convém mencionar a partir da análise do conjunto dos nomes indígenas do Estado é a motivação. Haveria uma relação entre o nome dado e o acidente geográfico nomeado? Lembramos que como princípio geral, pode-se afirmar que não há relação direta entre o nome e o referente, a realidade extralingüística, a que ele se refere. Pode-se concluir, a partir disso, que essa relação é convencional, resultada de um acordo entre os falantes. Entretanto, “[...] se, em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos [...]”. (DICK, 1990, p. 22). Nesse sentido, podemos compreender que se o córrego foi nomeado de Córrego Sucuri, há uma motivação para isso. É possível, por exemplo, que a presença desse animal no curso d’água tenha inspirado o denominador.

Na toponímia do estado, quando consideramos os nomes de origem indígena, os elementos que mais motivam o denominador são as plantas, os animais, as características do solo e a água.

Assim, como exemplos de fitotopônimos indígenas, destacamos: Rio **Amambai**, Córrego **Bocajá**, Córrego **Taquaribe**, Córrego **Jacori**, Córrego **Pariri**. Podemos considerar esses topônimos como signos linguísticos “transparentes”, cuja motivação é inspirada na vegetação. Isso porque, normalmente, a escolha do nome para o acidente físico ou humano é motivada pela presença da vegetação no local ou próxima ao acidente que teria, por alguma razão, chamado a atenção do denominador.

Os nomes inspirados na vegetação lideram como fonte motivacional quando os designativos são de origem indígena. Mas é necessário mencionar que a grande incidência dos *fitotopônimos* na toponímia indígena ou não indígena é comum não apenas no MS, mas em todos os estados brasileiros, e isso se justifica pela indiscutível importância dos vegetais para o homem, para os animais, para a terra. A. J. de Sampaio (apud DICK, 1990, p. 146) registra que “todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra”.

Destacamos, ainda, as palavras de Sampaio, a respeito das denominações indígenas motivadas pela vegetação:

Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o freqüente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer (SAMPAIO, 1987, p. 144).

Além das plantas, os animais também estão muito evidentes na toponímia indígena. Não só a presença da variedade de animais justifica a tendência do homem em atribuir aos acidentes geográficos nomes relativos a espécies da fauna, mas também a sua importância. Entre os nativos, por exemplo, os animais eram – e ainda são em algumas regiões do país – indiscutivelmente importantes para a alimentação. Assim, um dos mais importantes alimentos para os povos primitivos e hoje também para as sociedades consideradas modernas é o peixe. De acordo com Dick (1990, p. 272), “o genérico *pira* (peixe) é o vocábulo que maior número de registro acusa, considerando os peixes na toponímia brasileira”. Essa tendência se confirma entre os *zootopônimos*, uma vez que registramos, em MS, topônimos como Córrego **Piraí**, Distrito de **Pirapora**, Rio **Pirajuí**, Rio **Piratinim**, Rio **Piravevê**.

A motivação dos nomes geográficos advinda de nomes de peixe de origem indígena ou não também se justifica pela riqueza hidrográfica do Estado que faz com que as atividades da pesca

sejam importante fonte de renda em algumas regiões, e ainda uma das formas de lazer preferidas pelos sul-mato-grossenses e por turistas que visitam o Estado.

Além dos *zootopônimos* indígenas motivados por nomes de peixes, podemos elencar outros como Córrego **Jaguaretê**, **Panambi**, Córrego **Jaguapiru**, Rio **Guirai**. No entanto, a análise do conjunto de nomes motivados por esse elemento aponta que as maiores fontes de inspiração foram a *sucuri* e a *arara*, que emprestam seus nomes a diversos acidentes geográficos. Se esses animais não são ou eram úteis para os grupos indígenas, pelos é possível levantar a hipótese que de que os impressionavam – ou pelo perigo ou pela beleza.

São exemplos de *litotopônimos* indígenas os nomes **Itaporã** (município), **Itaquiraí** (município), **Ivinhema** (município), **Itahum** (distrito), **Itaqueri** (povoado), Córrego **Itaipá**, Córrego **Itaipu**. Como verificamos, é recorrente os nomes formados pelo elemento “ita” (pedra).

O elemento água também é motivador recorrente entre os nomes indígenas. São exemplos de *hidrotopônimos* indígenas: Ribeirão **Ipuitã**, Rio **Iguaçu**, Rio **Iguatemi**, Córrego **Ipoí**. Convém lembrar que, nesses nomes, o elemento água aparece no fonema /i/. A esse respeito, Isquierdo e Tavares (2005, p.139) já alertavam o seguinte: “a questão do fonema /i/, que aparece repetidas vezes nos topônimos da região, inclusive em designativos de outras taxas [...], é um tanto complexa devido, sobretudo, às alterações gráficas que vão sofrendo as palavras no decorrer do tempo”. Isso significa que, nos vocábulos, onde havia um “y” pode haver hoje um “i” ou ainda o contrário pode ocorrer. Essas letras podem figura nos nomes significando “água”, “rio” ou indicando diminutivo, tamanho pequeno.

No que se refere à estrutura morfológica dos designativos de origem indígenas, observamos que, com certa frequência, a esses nomes de base indígena, se juntam elementos mórficos da língua portuguesa. Esse é um fenômeno natural principalmente explicável pelo fato de que muitas dessas unidades léxicas se encontram incorporadas ao acervo da língua portuguesa e são “tratadas” como quaisquer outras palavras da língua. Além disso, explica essa situação o fato contato entre as duas línguas (isso, quando as palavras não estão incorporadas ao léxico do português).

No quadro a seguir, é possível observar, sem nenhum estranhamento, exemplos de vocábulos (com função de topônimo) aos quais foram acrescentados sufixos de diminutivo, de aumentativo, de coletivo, marcas de plural entre outros.

Quadro 02 - Alguns topônimos com sufixos e/ou com marcas de plural

Primitivos	Derivados /Plural
Indaiá	Indaiazinho
Mutuca	Mutuquinha
Peroba	Perobão
Pindaíba	Pindaívão
Taquara	Taquaral
Buriti	Buritizal
Mangaba	Mangabeira
Ingá	Ingazeiro
Macaúba	Macaúbas
Palmeira	Palmeiras
Mucujê	Mucujezinho
Jauru	Jauruzinho
Mangava	Mangaval

-	Acorizal
-	Cambaria

Além disso, parece particularidade da região sul do estado especialmente os nomes compostos com o elemento “cuê”, como **Alemão-Cuê**, **Blanco-Cuê**, **Destino-Cuê**, **Teju-Cuê**, **Chapéu-Cuê**, entre vários outro. “Cuê”, segundo Sampaio (1987), é contração de cuéra, mais frequente no guarani. Cuéra. Velho, antigo; o que já foi, o passado; velhaco, esperto, entendido. Sufixo para indicar o passado dos substantivos, valendo como o prefixo latino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos anteriormente, a herança indígena é uma marca significativa no panorama toponímico da região sul do estado de Mato Grosso do Sul. O idioma guarani, da família tupi-guarani que, por sua vez, está ligada à língua proto-tupi está impresso fortemente na toponímia local. Na região pesquisada há uma concentração muito grande de grupos guarani que se dividem nos sub-grupos kaiová e ndandeva. Há também a questão da fronteira com o Paraguai, onde a língua guarani é oficial. Partimos dessas duas realidades, para explicar o fato de o guarani ser recorrente entre os topônimos de língua indígena da região pesquisada.

Além disso, a permanência de povos indígenas no sul do Estado parece ter contribuído para que os nomes de origem indígena também permanecessem nos acidentes geográficos – sobretudo nos acidentes físicos.

De modo geral, podemos afirmar que um estudo toponímico sempre terá como pretensão também examinar a relação entre língua, cultura, ambiente manifestada, sobretudo no sistema lexical de uma língua. Por isso, com essa pesquisa, que se configura como um recorte da toponímia de MS, foi possível confirmar a tese de que aspectos da realidade extralingüística – no caso dos nomes indígenas, a realidade física – se refletem nos nomes dos acidentes geográficos, sendo privilegiados os principais elementos da natureza: vegetação, animais, água, solo.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, P. E. Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões. Campo Grande – MS: 2002.
- DICK, M.V.P.A *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Arquivo do Estado: São Paulo, 1990.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- ISQUERDO, A. N; TAVARES, M. A presença indígena na fitotoponímia da região sul de Mato Grosso do Sul. In: Signum – Estudos da Linguagem. Londrina: Editora UEL, 2005.
- SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.